

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.840.307 - RS (2019/0289321-3)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA

REC : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

ORRENTE

RECORRIDO : LINDOMAR GARCIA E SILVA

ADVOGADOS : WILLIAM FERREIRA PINTO - RS069298

GETÚLIO JAQUES JÚNIOR - RS073377

ROBERT VEIGA GLASS - RS070272

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo **Instituto Nacional do Seguro Social - INSS**, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea *a*, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado (fl. 234):

PREVIDENCIÁRIO. PROCESSO CIVIL. APOSENTADORIA. RECONHECIMENTO DE TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL. CERCEAMENTO DE DEFESA. RUÍDO. LIMITES DE TOLERÂNCIA. EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL. FRIO E UMIDADE. APOSENTADORIA ESPECIAL

1. *O reconhecimento da especialidade e o enquadramento da atividade exercida sob condições nocivas são disciplinados pela lei em vigor à época em que efetivamente exercida, passando a integrar, como direito adquirido, o patrimônio jurídico do trabalhador.*

2. *O limite de tolerância para ruído é de 80 dB(A) até 05/03/1997; 90 dB(A) de 06/03/1997 a 18/11/2003; e 85 dB(A) a partir de 19/11/2003 (STJ, REsp 1398260/PR, Rei. Ministro Herman Benjamin, Primeira Seção, j. 14/05/2014, DJe 05/12/2014, julgamento proferido de acordo com a sistemática dos recursos representativos de controvérsia - art. 543-C, CPC/1973).*

3. *A utilização de equipamento de proteção individual (EPI) não afasta a especialidade da atividade desenvolvida com exposição habitual e permanente a níveis de ruído acima dos limites de tolerância estabelecidos na legislação, pois não logra neutralizar os danos causados pelo ruído no organismo do trabalhador.*

4. *Havendo a comprovação do efetivo prejuízo à saúde do trabalhador, é possível o reconhecimento da especialidade com base na exposição ao frio e à umidade, pois as normas regulamentares não encerram todas as hipóteses de agentes*

Superior Tribunal de Justiça

nocivos.

5. *Para fazer jus à aposentadoria especial, a parte autora deve preencher os requisitos previstos no art. 57 da Lei nº 8213/91, quais sejam: a carência prevista no art. 142 da referida lei e o tempo de trabalho sujeito a condições prejudiciais à sua saúde ou à sua integridade física durante 15, 20 ou 25 anos, a depender da atividade desempenhada.*

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fl. 282)

Aponta o recorrente violação ao art. 85, § 2º e § 11, e 1.022, II, do CPC/2015, sustentando, além de negativa de prestação jurisdicional, que "*o acórdão recorrido majorou a verba honorária em favor da parte autor sem a existência de recurso do INSS*" (fl. 292).

Afirma que, "*No caso em apreço, porém, não houve recurso da autarquia em face da sentença de 1º grau. Por conseguinte, não há que se falar em majoração da verba sucumbencial, pois a autarquia não deu causa à atuação recursal*" (fl. 292).

Alega que, "*em relação aos honorários recursais, o STJ tem fixado várias balizas, sendo uma delas o improvimento total ou não conhecimento integral do recurso da parte sucumbente.*" (fl. 293).

Enfatiza que, "*No caso em apreço, contudo, não houve recurso do INSS, de forma que não se aplica a majoração do art. 85, § 11, do CPC*" (fl. 296).

Devidamente intimada, a parte recorrida apresentou contrarrazões ao recurso especial, conforme petição de fls. 300/303.

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Verifica-se, inicialmente, não ter ocorrido ofensa aos arts. 489, § 1º, e 1.022, II, do CPC/2015, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

Quanto à questão de fundo, a irresignação comporta acolhida.

No que diz respeito à majoração da verba honorária, verifica-se dos autos que houve acolhimento do apelo da parte autora, ora recorrida, pelo Tribunal de origem,

Superior Tribunal de Justiça

alterada a sentença no mérito apenas no tocante ao reconhecimento tempo especial, e houve a majoração dos honorários recursais, conforme se infere do seguinte trecho do acórdão recorrido (fl. 251):

Honorários advocatícios

A sucumbência mínima da parte autora impõe a condenação do INSS ao pagamento dos ônus sucumbenciais. Afinal, a autarquia previdenciária foi condenada à concessão do benefício previdenciário postulado pelo autor.

Incumbe ao réu, por conseguinte, o pagamento de honorários advocatícios ao procurador da parte autora. Tendo em vista as disposições dos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC (aplicável à hipótese, já que a sentença recorrida foi publicada sob a sua vigência), arbitra-se a verba honorária em 15% sobre as parcelas vencidas até a data da sentença (Súmula nº 111 do STJ; Súmula nº 76 desta Corte).

E o voto proferido nos embargos de declaração, consignou (fl. 280):

O art. 85, §11, do CPC, autoriza a majoração dos honorários de sucumbência, tendo em vista o trabalho adicional realizado em grau recursal:

§ 11. O tribunal, ao julgar recurso, majorará os honorários fixados anteriormente levando em conta o trabalho adicional realizado em grau recursal, observando, conforme o caso, o disposto nos §§ 2º a 6º, sendo vedado ao tribunal, no cômputo geral da fixação de honorários devidos ao advogado do vencedor, ultrapassar os respectivos limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º para a fase de conhecimento.

Entretanto, o Tribunal de origem decidiu em sentido contrário à jurisprudência desta Corte, no sentido de ser incabível a majoração da verba honorária, na forma do artigo 85, § 11, do CPC/2015, na hipótese de acolhimento do apelo da parte autora, sem que o INSS tenha interposto qualquer recurso.

Nesse sentido, anatem-se os seguintes julgados:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. MAJORAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS RECURSAIS. ART. 85, §11, DO CPC/2015. VÍCIOS. INEXISTÊNCIA.

- 1. Devem ser rejeitados os embargos de declaração quando inexistir qualquer vício a ser sanado no acórdão embargado.*
- 2. Acerca do regime de fixação e majoração de honorários*

Superior Tribunal de Justiça

de advogado no CPC/15, o STJ estabeleceu interpretação uniforme no seguinte sentido: a) Só caberá majoração dos honorários na hipótese de o recurso ser integralmente rejeitado/desprovido ou não conhecido. b) Não haverá honorários de sucumbência recursal quando nas outras instâncias não houve a fixação em desfavor do recorrente c) O trabalho adicional realizado pelo advogado do recorrido, em grau recursal, deve ser tido como critério de quantificação, e não como condição para a majoração dos honorários. d) Não haverá majoração dos honorários no julgamento dos agravos interpostos contra decisão do Relator e nos embargos de declaração e) O cômputo total da fixação dos honorários devidos não pode ultrapassar os limites dos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/15. f) O § 11 do art. 85 do CPC/15 é regra de julgamento de recurso; logo, de natureza processual e aplicação imediata (art. 14 do CPC/15).

3. No particular, a embargante logrou êxito com a interposição do recurso especial, não subsistindo o propósito em ver a majoração dos honorários recursais.

4. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no REsp. 1.746.789/RS, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, DJe 3/10/2018).

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. PARCELAMENTO ANTERIOR AO AJUIZAMENTO DA AÇÃO. DÉBITO SUSPENSO. EXTINÇÃO. HONORÁRIOS. CRITÉRIO DE FIXAÇÃO E PEDIDO DE REDUÇÃO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. MAJORAÇÃO. ART. 85, § 11 DO CPC/2015. DESCABIMENTO. APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA. [...]

4. De acordo com o entendimento firmado pela Segunda Seção do STJ, descabe a majoração de honorários já fixados, na forma do art. 85, § 11, do CPC/2015, quando provido o recurso, ainda que parcialmente, visto que essa regra incide apenas nos casos de inadmissão ou rejeição do recurso.

5. Recursos Especiais não conhecidos.

(REsp 1.727.396/PE, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 2/8/2018)

E ainda, as seguintes decisões: REsp 1.780.525/PR, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe de 06/12/2018 e REsp 1.772.616/PR, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJe de 12/11/2018.

ANTE O EXPOSTO, conheço parcialmente do recurso e, nesta parte, dou-lhe provimento para afastar a majoração dos honorários.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator

